



(RE) PENSANDO O ENSINO DA LIBRAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

Leandro Guimarães Ribeiro

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

leohistoriacg@gmail.com

Alisson Wagner de Arruda Silva

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

alissonwagner@live.com

Michelle Santino Fialho

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

michelle-fialho@hotmail.com

RESUMO: Considerando a ampliação de percepções e abordagens que temos observado sobre a Educação Inclusiva, este artigo propõe uma reflexão referente às possibilidades de atuação docente em meio as necessidades educacionais apresentadas e vivenciadas em um constante diálogo entre a Universidade e os espaços de ensino e aprendizagem. Mediante uma discussão teórica concernente à Educação Especial com vistas para a Educação Inclusiva objetiva-se, com isso, lançar uma reflexão a respeito de suas contribuições para a compreensão dos direitos humanos e o desenvolvimento dos indivíduos a partir da ação pedagógica e das experiências construídas sob as práticas formativas. Neste ínterim, perguntamos até que ponto seria possível pensar a inclusão a partir da prática docente? É diante dessa problematização que se inscreve a necessidade deste trabalho. Nosso objetivo geral versa sobre uma discussão acerca do processo de formação docente em articulação ao ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na abordagem da Inclusão e Direitos Humanos. Para isso, estabelecemos um diálogo que versa sobre as contribuições teóricas de autores que abordam as temáticas relacionadas, como: Sá (1999) e Gesser (2009) entre outros. Consideramos que estas reflexões são essenciais para lidar com o quadro que envolve a formação de professores e suas práticas em meio ao ensino inclusivo, especialmente para os surdos, e a formação dos indivíduos, havendo a probabilidade de oferecer importantes interpretações acerca da educação inclusiva. Essa questão é muito importante porque nos leva a observar a área educacional mediante os múltiplos cenários apresentados, de modo a identificar a presença da diversidade e do respeito na perspectiva da formação profissional.

Palavras- chave: Formação docente, Educação Inclusiva, Ensino de LIBRAS.

INTRODUÇÃO

A prática da inclusão de alunos com deficiência ambiente educacional encontra diversas barreiras na sua execução. Para que isso seja minimizado é preciso continuar no processo de mudanças, além das necessárias melhorias estruturais, o currículo educacional e o planejamento pedagógico devem ser elaborados observando a diversidade existente no meio educacional, considerando tanto os alunos que necessitam de algum atendimento educacional especializado quanto aqueles que não necessitam. Entre estas melhorias esta a melhor preparação do professor, capacitando-o para atender



as necessidades que seus alunos possam apresentar em sala de aula, possibilitando assim que estes alunos encontrem um ambiente educacional o mais igualitário possível.

A diversidade de necessidades educacionais de aprendizagem compreende um campo vasto, que vai além das deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais. Pois, os alunos que apresentam tais necessidades não são necessariamente os alunos com deficiência, mas todos os que apresentam algum tipo de especificidade que necessite tal atendimento, como por exemplo, aqueles que apresentem alguma dificuldade motora temporária, dificuldade de aprendizagem e até os considerados superdotados. Tais implicações facilitam o processo de inclusão educacional dos diferentes grupos existentes, porém, neste trabalho, pretendemos focalizar nossa análise na formação de professores e a importância do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais para a inclusão dos alunos surdos no sistema educacional.

A educação aqui merece destaque. Seu sentido encontra-se associado aos valores do ser humano, que relaciona saberes, formas de pensar, sentir e agir. Educação é formação, estando assim ligada à autonomia, à liberdade, não só social, mas a liberdade do próprio ser. A ênfase desta centralidade se constrói por meio de um conjunto complexo de análise da realidade, principalmente quando associadas ao contexto relacional entre educador e educando. É com tais elementos que se faz educação enquanto prática relacional que se supera e aponta para espaços mais amplos e por isso mesmo mais humanos. Como nos diz Kenski (2005) “ensinar é fazer conhecido o desconhecido”.

No que diz respeito à educação dos surdos no Brasil, o que podemos observar no cenário atual é que o número de matriculados no sistema de ensino regular ainda é muito baixo em relação ao que se espera. . Sobre isto Sá (1999) nos diz que:

O que observamos na atualidade continuam sendo esporádicos exemplos de sucesso educacional e um enorme contingente de surdos sem acesso à leitura, à escrita, a oralização, e, não raro, até mesmo a Língua de Sinais Brasileira. Este fato ocasiona grandes barreiras que dificultam sua inserção na dimensão do trabalho, a concretização de sua cidadania, o desenvolvimento de suas potencialidades e sua efetiva realização como indivíduo. (SÁ, 1999, p.25)

Parte desse resultado, podemos abordar como consequência da falta de condições necessárias das escolas para receber os alunos surdos, englobando a falta de interpretes de LIBRAS dentro das salas e de professores capacitados para este propósito.

Apesar da regulamentação do ensino da LIBRAS nos cursos de graduação, o que se observa, na realidade, é que o professor não sai da formação docente com a preparação, tanto comunicativa quanto metodológica, adequada para



incluir de forma satisfatória o aluno surdo na sua sala de aula.

Apesar de ser um avanço significativo, observamos que só a disciplina oferecida para os discentes no ensino superior não supre de forma completa as lacunas existentes na preparação do professor para a escola inclusiva. Os motivos são diversos, entre eles, podemos destacar a curta carga horária da disciplina e a falta de interesse por parte de muitos dos próprios discentes, por vezes, graças a falta de contato com a cultura surda desde o ensino básico.

O ensino da Língua Brasileira de Sinais na formação docente é indispensável para a efetivação do processo de inclusão, embora por lei seja garantido a presença de interpretes na sala de aula, pois desta forma o aluno surdo ou com deficiência auditiva pode sentir-se cada vez mais acolhido no sistema educacional minimizando a discriminação e exclusão dos mesmos. Para tal, salientamos a necessidade de, além da disciplina oferecida nos cursos de graduação, a busca por outros cursos de capacitação que ofereçam um conhecimento mais aprofundado e detalhado desta língua ainda desconhecida de muitos.

METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, metodologicamente, optamos pela execução de uma revisão bibliográfica procurando aprofundar os conhecimentos sobre a educação especial, inclusão, LIBRAS e a formação de professores a partir dos olhares dos autores aqui referenciados. Optou-se também pela utilização do método da história oral, através da entrevista semiestruturada, realizada com intuito de aprofundamento no tema através das informações concedidas pelo sujeito participante. Além disso, utilizamos a consulta de leis e decretos que possibilitaram a inclusão dos surdos no sistema educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO.

1. A LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS).

Não é possível definir ao certo quando surgiu a prática da comunicação dos surdos através dos sinais. Mas podemos destacar dois exemplos que perpassam a história da educação dos surdos, no século XVI o monge beneditino Pedro Ponce de León, considerado o primeiro professor de surdos na história, estabeleceu uma escola para surdo no Mosteiro de São Salvador onde os ensinava a escrita e gestos



simples. Outra iniciativa que tem destaque na história da educação dos surdos é a do abade francês Charles Michel. Voltado para a prática da caridade, o religioso dedicou atenção especial para os surdos, no século XVIII fundou a primeira escola para surdos, seu método baseava-se no ensino do alfabeto atribuído um sinal, ou gesto, para cada uma de suas letras. Ao longo do tempo esse método foi aperfeiçoado em diversas partes do mundo de acordo com as especificidades de cada país.

No Brasil, poucos são os registros da educação dos surdos no início de nossa história, de acordo com os registros históricos que encontramos, a educação brasileira para surdos tem início através do imperador D. Pedro II traz da França para o Brasil o professor surdo Hernet Huet. Após trazê-lo para o Brasil o próximo passo do imperador, juntamente com Huet, foi a fundação do Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) na cidade do Rio de Janeiro. Este processo foi de extrema importância, pois foi a partir da mistura entre a língua francesa de sinais com os sinais já utilizados pelos surdos brasileiros que surgiria a Língua Brasileira de Sinais.

Figura 1

Alfabeto manual utilizado na Língua Brasileira de Sinais.



Fonte: Página do IFPR¹.

Diferente do que boa parte das pessoas imagina, a LIBRAS não é composta simplesmente por mímicas para facilitar a comunicação entre eles e mesmo e como os ouvintes. Ela é uma língua completa, pois possui uma estrutura gramatical completa e todos

¹ Disponível em: http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/07/cadeirantes_life_librasAlfabeto.jpg
acesso em ago. 2017.



os níveis linguísticos necessários para ser considerada como tal. Sobre isso Gesser (2009) afirma que:

A Língua de Sinais tem todas as características linguísticas de qualquer língua humana natural. É necessário que nós, indivíduos de uma cultura de língua oral, entendamos que o canal comunicativo que o canal comunicativo diferente (visual-gestual) que o surdo usa para se comunicar não anula a existência de uma língua tão natural, complexa e genuína como é a língua de sinais. (GESSER, 2009, P.21)

Oficialmente, o reconhecimento da LIBRAS como língua oficial dos surdos brasileiros é bastante recente. A efetivação veio através de Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentada com o decreto 5.626, que entre outras definições (Art.1) torna “reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”(BRASIL,2002).

Conhecida como “lei da LIBRAS” a lei 10.436 foi importante não somente pelo reconhecimento como língua, mas por todas as demais implicações que ela apresenta, como por exemplo, a garantia da presença de intérprete na sala de aula e em demais repartições públicas, atendimento educacional especializado e a obrigatoriedade do ensino da libras no ensino superior nos cursos de licenciatura. Possibilitando que a escola possa tornar-se de fato um espaço aberto para todos, afinal, conforme Rodrigues (2013):

A escola deve responder, no contexto do seu tempo, ao desenvolvimento dos seus destinatários que são os alunos, de acordo com o processo de educação ao longo da vida e tendo em conta a sua plena inserção na sociedade. (...) Dizer que uma escola é para todos, significa ter em conta a diversidade cultural que existe na mesma, e ter em atenção as diferenças de Língua, religião, costumes e etc. (RODRIGUES, 2013, p.14).

2. O ENSINO DA LIBRAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Cabe aqui ressaltar mais uma vez a importância tomada pelo ensino da LIBRAS nos cursos do ensino superior, entendendo que para o professor que não conhece nada sobre a cultura do surdo e da sua língua torna-se ainda mais difícil receber em sua sala de aula tais alunos. Salientamos ainda que até para o professor que conhece a língua de sinais ter alunos surdos continua sendo desafiador, como lembra Neves (2009):



Por isso, percebo que ao professor de surdos é colocado um duplo desafio: o de dar aula em uma língua que não é a sua e, ao mesmo tempo, buscar metodologias que possibilitem a utilização da língua como forma de instigar seus alunos a participarem e se envolverem verdadeiramente com as aulas. (NEVES, 2009, p. 7906).

Desta forma, compreendemos que o professor necessita estar o mais preparado possível para que se possa efetivar o processo de inclusão dos surdos no sistema educacional. É neste sentido que a lei 10.436 foi implantada, o de oferecer na formação dos professores o possível primeiro contato, embora que pequeno, com a Língua Brasileira de Sinais. Assim entendemos esse primeiro contato como essencial, pois, “é extremamente importante que os alunos [do ensino superior] tenham uma noção de LIBRAS, para quando chegarem na escola regular e eles tiverem alunos surdos eles saibam se comunicar com esses alunos” (ONOFRE, 2017).

Como visto anteriormente, o decreto 5626/05 insere a disciplina de LIBRAS como obrigatória nos cursos de licenciatura, devendo as universidades cumprirem o prazo de no máximo dez anos para implantação total nos seus cursos. Destacamos que o decreto não especifica nome e carga horária da disciplina que deve ser oferecida, por isso, as implicações aqui expostas, tem por base vivência dos autores através da disciplina de LIBRAS oferecida pela Universidade Estadual da Paraíba, com carga horária de 60 horas.

Apesar de ser amplamente reconhecida como importante pela maioria dos alunos e professores que discutem o tema da educação inclusiva, observamos que, para o aprendizado, mesmo que básico, de uma língua complexa como a LIBRAS, além do contato com a cultura surda que também se faz necessário para entender a formação da língua, apenas uma disciplina e com uma carga horaria tão baixa não é suficiente na formação dos professores em direção da inclusão dos surdos. Onofre (2017) considera que:

[...] é uma disciplina com a carga horaria muito curta, muito curta e que não tem como, não tem condição de eles verem tudo, de saírem preparados realmente para trabalhar com os surdos. Não tem como, a disciplina realmente é carga horaria muito pouca. [...] Mas o tempo é pouco e os alunos precisam também se interessarem mais em fazer cursos paralelos. (Informação verbal)²

Entendemos assim que maioria dos alunos do ensino superior que encontram no seu currículo a disciplina de LIBRAS terminam seus cursos, basicamente, sem o mínimo necessário de aprendizado dessa língua para comunicar-se com os prováveis alunos surdos

² ONOFRE, Eduardo Gomes. **Entrevista semiestruturada**. Entrevista concedida por Eduardo Gomes Onofre sobre o Núcleo de Educação Especial da UEPB [fev. 2017]. Entrevistador: Leandro Guimarães Ribeiro. Campina Grande, 2017. 1 arquivo mp3 (1h10min).



que irão receber em suas salas de aula. Além da carga horária insuficiente oferecido pela disciplina, destacamos também a falta de interesse de muitos dos alunos em aprender. O que, de certa forma, pode representar uma forma de preconceito intimamente presente na subjetividade destes alunos que, devido a prática da exclusão, não tiveram contato com os surdos e sua cultura em outros momentos de suas vidas.

O conteúdo que acaba sendo ministrado na sala de aula na disciplina do ensino superior acaba sendo o mais superficial possível para tentar possibilitar pelo menos que o futuro professor aprenda a se apresentar utilizando a LIBRAS. Sendo assim, os conteúdos básicos ministrados pelos professores são: as letras o alfabeto, cumprimentos básicos, verbos mais comuns, o básico da estrutura gramatical e algumas palavras corriqueiras no dia-a-dia das pessoas.

Um fato interessante que deve ser destacado é que existem tanto professores surdos quanto ouvintes que ministram aulas de LIBRAS nos cursos de formação de professores. Podendo cada um elaborar da sua maneira as perspectivas metodológicas que serão utilizadas na sala de aula para o ensino. Porém, segundo o decreto 5626/05, “as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras”, isto se deve ao fato da dificuldade ainda muito grande da inclusão das pessoas surdas também no mercado de trabalho, especialmente exercendo a profissão de professores. Também consideramos que aprender uma língua com um professor que utilize-a como sua língua natural acaba proporcionando um melhor aprendizado, não sendo esta uma regra no que diz respeito ao aprendizado da LIBRAS.

Levando em consideração que um dos motivos pelo qual não é oferecido um aumento na carga horária do ensino da língua brasileira de sinais seja a dificuldade de mudanças na grade curricular, acreditamos que seja de extrema importância que a instituição ofereça para sua comunidade acadêmica atividades diversas concernentes à inclusão e mais especificamente no ensino da LIBRAS, como palestras, curso de extensão, oficinas e grupos de estudo, para que assim, os futuros professores possam ter um aprendizado mais amplo.

Ressaltando mais uma vez a importância que se faz o aprendizado da língua dos surdos no processo de formação de professores para possibilitar o processo de inclusão escola, destacamos que:

[...] mesmo na escola que conta com um intérprete, com uma sala de recursos, com serviço e apoio de professor de educação especial ou professor itinerante, é de fundamental importância que o aluno sinta que seu professor está se esforçando para se aproximar dele, tentando

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



encontrar maneiras de interagir com ele. O professor também pode intermediar a aceitação do aluno pelos outros alunos, para que ele se sinta parte da classe. Na nossa sociedade, a interação se dá mediada pela linguagem. Não basta uma aproximação física. (REILY, 2008, p.125)

Consideramos então a existência de alguns pontos básicos necessários no processo de inclusão educacional do aluno surdo ou deficiente auditivo, a harmonia entre estes pontos é o que caracteriza tal processo no ambiente educacional. Exemplificamos estes pontos, que consideramos, básicos no gráfico a seguir:

Figura 2

Pontos básicos no processo de inclusão do aluno surdo.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Cabe ainda ressaltar que, além do conhecimento da LIBRAS, o professor, formado ou em formação, deveria preocupar-se em aprender, além das implicações sobre as demais deficiências existentes, também sobre a cultura surda e as práticas pedagógicas e metodológicas que melhor se aplicam no ensino de surdos e deficientes auditivos. Sabendo que a concepção da educação inclusiva tem como proposta atender a diversidade de alunos existentes de acordo com suas respectivas diferenças. Acreditando que com o passar do tempo cada vez mais mudanças serão necessárias.

A adaptação do ensino às transformações que se produzirão nas próximas décadas exigirá mudanças profundas nos saberes que o sistema educacional transmite. (...) Essa transformação não apenas está intimamente vinculada a novos saberes e as mudanças nos perfis profissionais demandados no mundo do trabalho. Também está relacionada com o tipo de capacidades requeridas para compreender a realidade e participar política e comunitariamente em sociedades cada vez mais globalizadas, informatizadas e complexas. (TEDESCO, 2004, p.125)

Desse modo, acreditamos que a melhor forma de proporcionar mais condições para a efetivação do



processo de inclusão educacional das pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais especiais continua sendo o investimento na formação e capacitação dos professores para que possam compreender e lidar com os diferentes alunos que encontrarão no ensino regular.

CONCLUSÕES

Entendendo que o processo de inclusão educacional dos alunos surdos, assim como dos demais tipos de deficiência, esta garantido por lei. Acreditamos que os resultados foram satisfatórios ao abordarmos a história da educação dos surdos, como se deu o surgimento da língua de sinais e sua chegada no Brasil, proporcionando assim o efetivo surgimento da Língua Brasileira de Sinais.

Ao demonstrarmos todo o processo de surgimento da LIBRAS, alcançamos nosso objetivo na análise do seu ensino para os alunos dos cursos de licenciatura nas universidades, destacando que apesar de sua referida importância ainda não tem a proporção necessária que poderia para que os discentes do ensino superior pudessem, de fato, sair de sua formação preparados para receber alunos surdos na sua sala de aula.

Acreditamos desta forma que as instituições de ensino superior nos cursos que oferecem a LIBRAS deveriam, já que apenas a disciplina não é suficiente, incentivar a busca de conhecimento por parte dos alunos para que possam se aprofundar no conhecimento desta língua e oferecer atividades e cursos de extensão que proporcionem uma maior abrangência de conteúdo relacionado a língua de sinais e a cultura dos surdos.

Esse trabalho levou-nos a uma reflexão sobre a prática docente, percebendo o processo de formação em meio as discussões sobre Educação Inclusiva. Evidenciamos que é uma necessidade primordial que o professor reflita a importância do seu papel e da sua atuação frente o atual cenário educacional, comprometendo-se a usar a ação reflexiva para estruturar o social dos indivíduos na construção de uma educação especial.

É pensando nas necessidades inseridas no espaço escolar e durante o percurso da própria profissão docente que o ensino inclusivo se faz necessário, devendo ser caracterizado como uma força constitutiva para a atuação humana e para a ação política, possibilitando tanto uma qualidade da prática profissional como domínio de certas habilidades.

Buscamos que as reflexões apresentadas neste trabalho, sem a pretensão de serem conclusivas, sejam repensadas e discutidas com vistas, especificamente, ao ensino da LIBRAS e que contribuam para o aperfeiçoamento das ações docentes. Observamos a abertura que essa



abordagem proporcional, oportunizando o acesso para uma reflexão crítica tão necessária à prática educativa, tornando-se assim um instrumento na busca por um ensino inclusivo.

A partir de então apontamos para o aspecto da identidade profissional como condição necessária para a compreensão de um currículo que abarque tais reflexões e que assegure entendimentos e possibilidades ao fazer docente com vistas à diversidade. Reafirmamos, portanto, um considerável avanço nas discussões referentes às questões inclusivas incutidas no anseio da formação docente, partindo do reconhecimento da realidade na qual os professores estão inseridos.

Comprovamos que a capacitação profissional nesta discussão oferece possibilidades de efetivação da prática, de forma que, o ensino superior torna-se o viés essencial na inserção em um cenário educacional especializado.

Nesse percurso, a formação continuada presente no âmbito acadêmico permite a configuração do próprio fazer docente, diretamente interligada ao processo de inclusão. Aberto a novas considerações, este artigo apresenta-se como mais uma possibilidade de se pensar a formação docente dentro da Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em 10 de ago.2017.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. 1ªEd. Parábola Editorial, São Paulo. 2009. 87p.

NEVES, G. V. **Ensino de História para alunos surdos de ensino médio: desafios e possibilidades**. In: III Encontro sul brasileiro de psicopedagogia, 2009, Paraná. Anais do IX Congresso Nacional de Educação. Disponível em:
<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3526_1960.pdf>. Acesso em: 12 de ago. de 2017.

ONOFRE, Eduardo Gomes. **Entrevista semiestruturada**. Entrevista concedida por Eduardo Gomes Onofre sobre o Núcleo de Educação Especial da UEPB [fev. 2017]. Entrevistador: Leandro Guimarães Ribeiro. Campina Grande, 2017. 1 arquivo mp3 (1h10min).

RODRIGUES, P. C. R. **Multiculturalismo: A diversidade cultural na Escola**. Relatório da Atividade Profissional do Mestrado em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico da Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa, 2013.

SÁ, N. R. L. de. **Educação de surdos: a caminho do bilinguismo**. Niterói: EDUFF, 1999.



COPRECIS
CONGRESSO NACIONAL DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS

TEDESCO, J. C. (org.). **Educação e Novas Tecnologias: esperança ou incerteza?** São Paulo: Cortez, 2004.